



*Edição nº 452 da Revista da Previdência Complementar - uma publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp e UniAbrapp.

Por Martha Elizabeth Corazza

Condições para investir no longo prazo - Depois de encerrar o ano de 2023 com patrimônio total de R\$ 130,5 bilhões e rentabilidade consolidada total de 12,6% no ano - o melhor resultado em quatro anos, a Petros se prepara para enfrentar um 2024 mais difícil. Essa é a avaliação do Presidente da entidade, Henrique Jäger. Ele lembra que este ano será mais desafiador para cumprir metas, e a Bolsa, que não tem performado bem, afetou não apenas a Petros, mas todas as demais fundações. “Em 2024, embora a questão fiscal interna tenha provocado alguma instabilidade, foi o cenário externo, com a redução da perspectiva de cortes dos juros nos EUA, o principal motivo para drenar os recursos internacionais”, diz Jäger. Graças à sua elevada liquidez, a entidade espera fugir dos efeitos dessa maior volatilidade nos mercados.

A volta dos FIPs - Ao mesmo tempo em que mantém o conservadorismo nos investimentos, a fundação também começa a estudar a viabilidade de voltar a diversificar por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs). “A política de investimentos aprovada para o período 2024/2028 estabeleceu a possibilidade de voltarmos aos FIPs nas carteiras de três planos, assunto que está em análise”, afirma.

Caso aprovados, os FIPs poderão compor a carteira do PP-2, plano de Contribuição Variável (CV) que encerrou 2023 com patrimônio de R\$ 43,9 bilhões e 50 mil trabalhadores, a maior parte na ativa. A possibilidade também está em análise para o plano CV Sanasa e para o FlexPrev, programa de Contribuição Definida (CD) da patrocinadora Vibra. “Nesses três planos mapearíamos a possibilidade de ter no máximo quatro FIPs, mas o estudo ainda está em andamento. Nos planos mais maduros não faremos nada que traga maior nível de risco para os investimentos”, explica o Presidente.

O objetivo é concentrar a eventual alocação em doses homeopáticas para planos com perfis específicos. A decisão está em fase de análise e passará pelos pareceres dos diversos comitês e de toda a estrutura de governança da fundação. Também não há ainda uma definição a respeito dos projetos e setores que serão priorizados na escolha desses fundos.

“A tendência das pessoas é reter na memória apenas o que deu errado no passado, mas tivemos FIPs que obtiveram resultados acima do esperado”, lembra Jäger. Além disso, a Resolução CVM nº 175 traz uma modernização importante para o arcabouço regulatório da indústria de fundos de investimento, sejam FIPs ou outros veículos, a começar pela responsabilização dos gestores e não mais apenas dos administradores.

A segunda novidade relevante é a mudança na questão da responsabilização solidária. A partir da nova regra, o regulamento do fundo deverá definir claramente se a responsabilidade dos cotistas será restrita ao valor das cotas ou ilimitada. Desse modo, é possível limitar a responsabilidade do investidor em relação ao valor das cotas e as possíveis perdas de patrimônio investido, o que aumenta a segurança para investir em FIPs. “Entretanto, pelo clamor do passado, temos sido bastante rigorosos na nossa diligência e examinando o cardápio disponível”, afirma o Presidente da Petros.

É preciso lembrar ainda que houve uma evolução expressiva no perfil do próprio sistema de Previdência Complementar fechado ao longo dos últimos anos. Na opinião de Jäger, muita coisa mudou desde que o Brasil viveu sua primeira rodada de investimentos em FIPs.

A rodada anterior de investimentos de private equity por meio de FIPs foi concentrada em recursos

de planos de Benefício Definido (BD), mas agora o sistema alocará principalmente recursos de planos CV ou CD, os que mais crescem e que seguem um modelo diferente, em que o benefício do participante é definido apenas no momento em que ele se aposenta.

Nesses planos, torna-se mais relevante o impacto da curva J dos FIPs (comportamento do fluxo de caixa dos fundos de private equity, em que há maiores desembolsos nos primeiros anos e retornos mais expressivos nos últimos anos). “As cotas desses fundos podem ser afetadas negativamente pelo efeito da curva J na hora da aposentadoria, o que traria uma desigualdade e transferência de riqueza entre os participantes”, avalia o dirigente. O peso desse impacto fica ainda maior sobre os planos de menor porte, complementa.

Por conta disso, é necessário que haja também uma evolução na oferta de produtos pela indústria de fundos de investimentos, acredita Jäger. “Os FIPs precisam ficar mais equilibrados ao investir, suas carteiras precisam ser mais bem balanceadas entre empresas que já tenham resultados a oferecer e outras que ainda irão apresentar resultados no futuro”, sugere.

(Continua...)

[Clique aqui](#) para ler a matéria completa na íntegra

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 01.07.2024.